

Estratégias de transformismo-II

Evitado o fantasma das “Diretas Já” em novembro de 1984, começou a vingar a estratégia “transformista”. Em 1982, a oposição PMDB e PDT) elegeu dez governadores em estados que abrangem quase 70 por cento da população, eleitorado e PIB do Brasil. Esta vitória alcançou uma maioria frágil oposicionista na Câmara dos Deputados, mas o PDS se manteve como partido majoritário no Senado, graças aos “bjônicos” eleitos em 1978.

Porém, 31 dos 200 deputados eleitos pelo PMDB em 1982 foram eleitos pela Arena em 1978, e uns outros 60 eram “moderados históricos” do MDB na década de 70. Assim, o governo Figueiredo não estava acossado por uma maioria oposicionista “radical” em 1983 e 1984.

Frente à grande mobilização popular de janeiro-abril de 1984, um grupo mais moderno dentro do PDS, liderado pelo senador Marco Maciel e o então vice-presidente Aureliano Chaves, percebeu que os tempos estavam mudando, e que o discurso velho e as práticas tradicionais do PDS, rumo ao Colégio Eleitoral de 1985 e um novo governo civil, não estavam à altura dos acontecimentos. Frustrados nas suas tentativas de democratizar o PDS por dentro, via eleições prévias, este grupo abandonou o partido governista para formar a “Aliança Democrática” com o PMDB para lançar a chapa Tancredo Neves-José Sarney. Este grupo dissidente oriundo do PDS se autotitulou a Frente Liberal. Abandonando informalmente o governo Figueiredo em junho de 1984, faria parte integral do novo governo da Aliança Democrática, a partir de março de 1985.

No segundo semestre de 1984, o grande articulador político, Tancredo Neves, com o aval do TSE, que derrubou o obstáculo da fidelidade partidária no Colégio eleitoral, costurou uma ampla maioria entre parlamentares e delegados nesta eleição indireta, que incluiu 168 votos originários do antigo bloco hegemônico (55 do PDS e 113 do PFL).

Mas, em parte, este resultado foi

condicionado pelas negociações intensas entre Tancredo e membros do Alto Comando do Exército sobre o **modus operandi** de seu novo governo a partir de 15 de março de 1985, que visava os seguintes pontos: 1) nada de revanchismo, pois a anistia de 1979, votada pelo Congresso Nacional, foi de mão dupla; 2) que militares cassados não seriam reintegrados aos quadros do serviço ativo; 3) reconhecendo a necessidade de uma revisão constitucional, que esta Assembléia Constituinte não seria autônoma, independente ou exclusiva — eleita separada do Congresso Nacional; 4) que enquanto este Congresso Constituinte, eleito em novembro de 1986, não promulgava a nova **Magna Carta**, a Constituição de 1967-1969 continuaria em pleno vigor — ou seja, nada de modificar a Constituição herdada do regime militar, antes da promulgação da nova Carta; e 5) o **aparatus** do SNI, Conselho de Segurança Nacional, Gabinete Militar, ministérios militares, continuaria no mesmo esquema de sempre.

Eleito no Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves costurou um delicado equilíbrio na composição do seu ministério entre as forças políticas que haviam lhe apoiado e as clivagens regionais entre as mesmas — os históricos e moderados do PMDB, o PFL e os dissidentes que ainda se encontravam no PDS. Com a doença e morte de Tancredo Neves, na gestão do presidente, José Sarney, em 1985, ficou muito difícil, manter este delicado equilíbrio no ministério articulado pelo presidente eleito falecido, e em fevereiro de 1986, a maioria dos históricos do PMDB pularam fora, duas semanas antes do choque do Plano Cruzado I.

Foi justamente neste contexto que as bancadas do PMDB e do PFL incharam até 246 e 149, respectivamente, no Congresso Nacional, e os grupos pró — e contra — as reformas estruturais profundas começaram a elaborar as suas estratégias para a eleição e condução da Constituinte, e a posterior eleição direta do presidente da República em 1988 ou 1989.